

Capital natural: o novo ouro¹

Jorge Arbache²

O capital natural se tornou o novo ouro. Em um cenário marcado por crise climática, insegurança alimentar e disputas geopolíticas por recursos estratégicos, água, florestas, terras férteis, minerais críticos, biodiversidade e energia renovável passam a ocupar o centro das decisões econômicas, industriais e diplomáticas. O valor desses ativos vai além da sua importância ecológica: eles são, agora, condição necessária para a competitividade de países e empresas na nova economia global.

Nesse contexto, o Brasil desponta como um dos territórios mais promissores do planeta. Com abundância de água doce, vastos biomas e florestas tropicais, terras aráveis, matriz elétrica limpa, ricas províncias minerais e uma biodiversidade única, o país detém um dos maiores estoques de capital natural do planeta. Trata-se de uma vantagem comparativa que pode ser convertida em vantagem competitiva, desde que o país desenvolva os instrumentos adequados para transformar esse capital em um ativo estratégico.

O potencial brasileiro é imenso e o país pode contribuir de forma decisiva para enfrentar três das maiores urgências globais: a segurança alimentar, a segurança energética e a crise ambiental.

Na segurança alimentar, o Brasil já é um dos maiores produtores e exportadores globais de alimentos. Mas pode ir além. Há espaço para expandir a produção de forma sustentável por meio de ganhos de produtividade, uso de áreas degradadas e sistemas de produção intensiva com até três safras anuais. A combinação entre agricultura regenerativa, inovação tecnológica e gestão eficiente do solo e da água torna o Brasil capaz de aumentar a oferta global de alimentos de forma compatível com os limites ambientais.

Na segurança energética, o país é igualmente estratégico. Com mais de 90% de sua matriz elétrica composta por fontes renováveis, o Brasil é uma das exceções no cenário internacional. E esse diferencial pode ser monetizado por meio do powershoring: a atração de indústrias eletrointensivas que buscam reduzir emissões e garantir acesso estável e barato à energia limpa. O Brasil tem todas as condições para se tornar um polo global de produção de aço verde, hidrogênio de baixo carbono, fertilizantes, produtos químicos sustentáveis, celulose e outros bens intensivos em energia renovável. O país também pode ter papel central na transição para um transporte internacional mais limpo por meio da exportação de biocombustíveis de baixo carbono.

No eixo ambiental, a contribuição brasileira pode ser ainda mais singular. Os biomas nacionais prestam serviços ecossistêmicos cruciais à estabilidade do

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/jorge-arbache/coluna/capital-natural-o-novo-ouro.ghtml> Acessado em 10.07.2025

² Professor de economia da Universidade de Brasília e escreve mensalmente às quintas feiras neste espaço

planeta: regulação do ciclo hidrológico, sequestro de carbono, conservação da biodiversidade, proteção de polinizadores e controle de doenças, entre outros. A floresta amazônica, por exemplo, tem um papel-chave na manutenção do equilíbrio climático global. O Brasil também tem potencial para liderar a bioeconomia tropical baseada em ativos biológicos e conhecimento tradicional.

Apesar desse cenário promissor, o Brasil ainda está longe de converter o seu capital natural em ativo estratégico. A ausência de políticas públicas robustas, marcos regulatórios adequados, mecanismos de financiamento verde e integração plena aos mercados internacionais limita o aproveitamento desse potencial.

Para que o país possa transformar o seu capital natural no novo ouro da economia do século XXI, são necessárias ações concretas em seis frentes estratégicas. Primeiro, é preciso remover barreiras tarifárias e não tarifárias que dificultam a exportação de produtos sustentáveis. Subsídios distorcivos e exigências técnicas excessivas e oportunistas aplicadas por países desenvolvidos comprometem a competitividade do país. É fundamental negociar acordos comerciais que reconheçam e valorizem práticas sustentáveis, permitindo que o comércio verde funcione com equidade e previsibilidade.

Segundo, é preciso estruturar corredores de comércio verde que conectem áreas produtoras de bens e serviços sustentáveis a mercados consumidores. Esses corredores devem incluir acordos, infraestrutura eficiente, interoperabilidade regulatória, certificações ambientais, padrões, taxonomia, rastreabilidade e mecanismos de remuneração por serviços ambientais e climáticos.

Terceiro, a transição verde exige tecnologias de ponta para monitoramento ambiental, agricultura de precisão, bioeconomia, gestão de carbono, entre outros. Muitas dessas tecnologias ainda são desenvolvidas sob regimes de propriedade intelectual restritiva. O Brasil precisa ampliar o acesso a essas inovações por meio de cooperação internacional, alianças tecnológicas e investimentos robustos em pesquisa e desenvolvimento nacional.

Quarto, um dos principais obstáculos à alocação de capital privado em projetos verdes no Brasil é o risco percebido, seja regulatório, jurídico, cambial ou climático. É essencial implementar mecanismos de derisking, como garantias, fundos de infraestrutura verde, instrumentos de blended finance e seguros climáticos, para atrair e escalar o investimento privado.

Quinto, o capital natural precisa ser reconhecido como uma classe de ativos com valor econômico mensurável. Isso requer métricas consistentes, precificação de serviços ecossistêmicos, regulamentação clara dos mercados de carbono e mecanismos que permitam utilizar ativos ambientais como colaterais em operações financeiras e contratos de longo prazo.

Sexto, a consolidação do Brasil como destino de cadeias industriais limpas exige apoio internacional. Organismos multilaterais, bancos de desenvolvimento, fundos soberanos e países parceiros devem ajudar a reduzir barreiras e estimular investimentos produtivos de baixo carbono no país.

Se bem implementado, esse conjunto de medidas permitirá ao Brasil se posicionar como um dos protagonistas da nova economia verde. Importante notar que o Brasil não parte do zero. O país já conta com um parque de ciência e tecnologia agrícola avançado, empresas líderes em diversos setores, Estados e municípios engajados com agendas ambientais e políticas públicas, como o Plano de Transformação Ecológica, o Fundo Clima e a regulamentação do mercado de carbono, ora em discussão no Congresso. Ainda assim, é preciso ir além. Transformar o capital natural brasileiro em um motor de

desenvolvimento sustentável, inclusão e geração de valor requer visão estratégica, coordenação interinstitucional e um pacto nacional de longo prazo.

O Brasil pode ser mais do que o celeiro do mundo ou o pulmão do planeta. Com a valorização crescente do capital natural, o país pode liderar uma nova lógica de desenvolvimento baseada em baixo carbono, tecnologia, circularidade, agregação de valor e soberania ambiental. O novo ouro está nas mãos do país. Cabe, agora, decidir se vai usá-lo com inteligência ou deixá-lo enterrado no solo fértil das oportunidades perdidas.